

**LEI Nº 2.253 DE 06 DE OUTUBRO DE 2.005**  
**“DISPÕE SOBRE ISENÇÃO DE IMPOSTO PARA APOSENTADOS E PENSIONISTA E  
DÁ PROVIDÊNCIAS”.**

*ANTONIO ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-*

***Artigo 1º** - Fica autorizada a isenção de impostos prediais para aposentado ou pensionista com renda familiar comprovada não superior a um salário mínimo, desde que possuidor de único imóvel.*

***Artigo 2º** - Para comprovar renda familiar de até um salário mínimo, deverá ser apresentado o último comprovante de recebimento da aposentadoria ou pensão.*

***Artigo 3º** - Para comprovar possuir um único imóvel, ficará o setor de tributos encarregado dos levantamentos necessários, se necessário junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca.*

***Artigo 4º** - A concessão da isenção só será deferida pelo executivo, após vistas dos setores de Tributos, Jurídico e de Administração e Finanças.*

***Artigo 5º** - Para ser beneficiado, os contribuintes que se enquadram nas condições dos artigos anteriores, deverão requerer a isenção pretendida no prazo de 30 ( trinta) dias antes do término do exercício, devidamente protocolado, ficando válido para o exercício seguinte.*

***Artigo 6º** - Fica autorizada a concessão de 50% (cinquenta por cento) de desconto nos impostos prediais, dos imóveis fronteiriços onde é realizada a feira do produtor, desde que requerida ao Executivo Municipal no prazo de 30 ( trinta) dias antes do termino do exercício, ficando valido para o exercício seguinte.*

***Artigo 7º** - As isenções de que trata a presente Lei, deverão ser requeridas todos os anos, antes de findar o exercício anterior ao lançamento.*

***Artigo 8º** - Para compensar as isenções de que trata o artigo 1º e 6º , fica autorizada a correção nos valores venais dos imóveis urbanos para efeito de tributação do I.T.B.I. nos termos da Lei de responsabilidade fiscal (Art. 14), nas seguintes proporções:*

## **LEI Nº 2.253 DE 06 DE OUTUBRO DE 2.005**

- 70% ( setenta por cento) em 01 de janeiro de 2.006;
- 70% ( setenta por cento) em 01 de janeiro de 2.007;
- 70% ( setenta por cento) em 01 de janeiro de 2.008.

**Artigo 9º-** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação surtindo seus efeitos a partir de janeiro de 2.006, revogando as disposições em contrário.

*Prefeitura Municipal de Parapuã, 06 de outubro de 2.005.*

**ANTONIO ALVES DA SILVA**  
*Prefeito Municipal Parapuã*

*Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.*

**NADELSON PEDRO DO ESPÍRITO SANTO**  
*Chefe de Seção de Expediente*